

Diálogos em sala de aula

## CIDADANIA NA UNIVERSIDADE: UM EXERCÍCIO CONSTANTE\*

Willys de Andrade Santos\*\*

Como aluno do curso de Administração de Empresas com Habilitação em Comércio Exterior da UNIFACS, fui apresentado a vários conceitos no estudo da sociologia e do direito, dentre os quais, os que mais me chamaram a atenção foram: universidade, organização, instituição social e cidadania. Em decorrência do estudo, análise e conversas com professores das referidas matérias sobre tais conceitos, surgiram questionamentos da minha parte em relação à definição dos mesmos, e o que de fato acontece com o aluno recém-chegado à universidade. Dentre os autores que tivemos como referência, a escolha recaí sobre Marilena Chaui e Norberto Bobbio.

De acordo com Marilena Chaui, a universidade pode ser considerada uma instituição social, onde a *"prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber diante da religião e do Estado, portanto na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Por isso mesmo, a universidade européia tornou-se inseparável das idéias de formação, reflexão, criação e crítica. Com as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, com a conquista da educação e da cultura como direitos, a universidade tornou-se também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber; seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora, nem pôde furtar-se à responder, afirmativa ou negativamente, ao ideal socialista."*

Neste sentido, sendo uma ação social, isso significa que a universidade deve ter práticas voltadas para a sociedade, não só internamente como a formação de profissionais como também externamente com programas de extensão de ensino e pesquisa. Significa também que é flexível no que diz respeito ao saber e não se distancia da realidade, analisando-a e estimulando os alunos para a busca de soluções de problemas sociais, usando o próprio saber e o que a universidade lhe confere em termos de formação profissional.

É interessante perceber como Chaui diferencia claramente os termos 'instituição social' e 'organização' quando diz que a universidade é uma 'instituição social', conforme descreve acima e não uma organização. Em sua compreensão, uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social: *"a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular.(...) É regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato.(...) Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na*

---

\* Texto apresentado a partir de diálogos com o Prof. Luiz Carlos Café na disciplina Ética e Filosofia.

\*\* Aluno do 3º ano do curso de Administração de empresas com Habilitação em Comércio Exterior da UNIFACS. Integrante do Núcleo de Estudos Sociais (CORDIS/UNIFACS).

*divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais".*

Ao tomar conhecimento de que, conforme acima citado, a universidade é uma instituição social, isto é, percebe-se inserida na divisão social e política, e não como uma organização, que pretende gerir seu espaço e tempo particulares, vi a necessidade de uma análise da sua função, do contexto que a envolve, e do perfil de quem a frequenta, o aluno, por achar que seu real sentido não esteja sendo compreendido e respeitado.

Antes, porém, torna-se necessário esclarecer o termo cidadania, que segundo Norberto Bobbio: *"São Direitos que consagram as vitórias do cidadão sobre o poder que podem ser classificados em civis, políticos e sociais. Os primeiros são aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica), através da qual é garantida a ele uma esfera de arbítrio e de liceidade, desde que seu comportamento não viole o direito dos outros. Os direitos civis obrigam o estado a uma atitude de não impedimento, a uma abstenção. Os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do estado. Os direitos sociais ( direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza."*

Se analisarmos os dois conceitos, veremos que eles caminham paralelamente seguindo uma orientação única que é a democracia. De um lado está uma instituição de ensino superior independente e com autonomia de poder diante da religião e do Estado, inseparável da idéia de democracia e da democratização do saber onde a reflexão, criação e crítica são fundamentais, e do outro uma distinção categórica de direitos diversos conferidos aos cidadãos, com o objetivo básico de protegê-lo. Direitos esses que supostamente são garantidos pelo estado. É possível perceber que ambos os conceitos convergem para um mesmo ponto que é a democracia.

Em nossa história podemos considerar que o ápice do exercício pleno desses dois conceitos foi no período que antecedeu a ditadura. Isso pode ser comprovado pela postura do estudante daquela época em relação aos seus direitos, posição política e principalmente a idéia de que através do conhecimento podia-se provocar transformações sociais. Era uma geração estudantil politizada e consciente da necessidade de democracia. Esse pensamento coletivo levou vários estudantes a participar de manifestações políticas contra a ditadura, onde muitos deles acabaram mortos. As universidades eram vigiadas a fim de se sufocar qualquer movimento que nelas começasse. Direitos civis e políticos foram desrespeitados com a castração da liberdade de expressão e associação a partidos de esquerda.

Analisando o aluno que hoje, após o restabelecimento da democracia, entra na universidade pode-se notar que existe um certo desconhecimento em relação ao que é a universidade, o seu propósito, que postura espera-se dele enquanto aluno e seus direitos e uma certa apatia em relação a sua posição política e a sociedade. Talvez pelo próprio contexto onde se encontra, que é o processo de mudança não só provocado pelas exigências do mercado e da sociedade como também do segundo para o terceiro grau. O que isso quer dizer?

A transição da escola de segundo grau para a universidade pode ser suave e natural para alguns mas árdua e, às vezes, até traumatizante para outros. O aluno recém-chegado à universidade é forçado a encarar diversos desafios tanto de ordem educacional quanto psicológica. É obrigado adquirir novas posturas, diferentes da que tinha na Escola Secundária. Vê-se, algumas vezes, perdido na cultura do individualismo à qual não está acostumado. É obrigado a tomar decisões todos os dias. E o pior de tudo; muitas vezes se encontra perdido mesmo dentro do curso por ter sido obrigado a fazer uma opção profissional muito cedo, sem ter certeza se é aquilo que queria e até mesmo se desejava estar na universidade. Tendo que enfrentar tantas barreiras que começam no primeiro ano e muitas vezes se arrastam pelos outros tornando a estada na universidade uma obrigação e não um prazer, os reflexos desse fato são claros na sala de aula como: desinteresse, indisciplina, incapacidade de adequação às novas normas, resistência, entre outros. Apesar disso, talvez o maior problema seja o fato de não saberem o que é, e, qual o objetivo da universidade. Essa é uma questão básica para a aquisição de uma nova postura e novas expectativas em relação ao aprendizado bem como para a conscientização de seus direitos. Apesar de todos esses problemas enfrentados pelo aluno, acredito ser possível uma conscientização, ainda que lenta mas gradual, de sua postura em relação ao ensino superior bem como estimulá-lo à prática de sua cidadania. É um exercício baseado na formação de idéias, reflexão, criação e crítica sobretudo a respeito do que for discutido, debatido ou pesquisado na sala de aula, bem como de que forma o conteúdo assimilado possa situá-lo na sua carreira profissional e no mercado de trabalho. Acho necessário uma motivação ao aluno para que sejam evidenciados valores, crenças, posições políticas e idéias com o objetivo final do saber democratizado e independente de qualquer poder. A universidade não pode ser vista apenas como uma forma de ascensão ou status social, pois sua relevância enquanto instituição transcende tais limitações. O momento político atual requer uma reflexão sobre as ciências sociais e a universidade tem papel fundamental na formação de mentes questionadoras para que sua atuação enquanto instituição social seja plena.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- CHAUI, Marilena. *A universidade operacional*. Folha de São Paulo, 27/05/1999, c. MAIS, p. 5-3.